

Idéias e fatos

EUGENIO GUDIN

*Economia
madril*

Confesso a dificuldade em que me venho encontrando nestes últimos tempos para informar os leitores sobre o andamento de nossos problemas econômicos. Porque em vez de conceitos, idéias e operações, só encontro um amontoado de consoantes: P, T, D, S, etc. que acopladas à razão de duas ou três por grupo passam a constituir "partidos políticos", aos quais faltam não só vogais, mas sobretudo, idéias e fatos (para usar a expressão de Eça de Queiroz). Vejo-me sempre diante da interrogação de Foch: "De quoi s'agit-il?"

Foi portanto com satisfação que deparei agora, por acaso com um diálogo televisivo, em que o Professor Bulhões era a principal figura e em que se debatia uma idéia da maior substância, como a da suspensão de novos créditos, que tem sido há vários anos o principal fator de propulsão dos preços, isto é, da inflação.

Os interlocutores do Dr. Bulhões não acolhiam com facilidade a sugestão da suspensão de quaisquer créditos adicionais, isto é, além dos anteriormente concedidos e pendentes de pagamento nos respectivos vencimentos.

Não falta ao Professor Bulhões imaginação. Pelo contrário, é uma das modalidades mais destacadas de sua inteligência. A idéia de uma suspensão do crédito de um dia para outro não é originalmente sua. Mas os casos são raros.

A primeira experiência foi de John Law realizada em França. A segunda a dos "Assignats" ao tempo da Revolução Francesa. A última e mais importante foi a que teve lugar no período de pós-Primeira Guerra Mundial (1919-23) a qual é tão bem estudada no livro clássico de Bresciani Turroni.

A forma por que se eliminaram os Assignats é de pouco interesse. Mas a da Inflação Alemã de 1923, está cheia de ensinamentos. Não poderíamos entretanto copiar simplesmente o caso alemão, mesmo porque ele não foi até hoje exposto com clareza. Tanto assim que o próprio Ministro, Luter, autor do decreto diz que o processo dava idéia de uma casa que se co-

meçava a construir pelo telhado. O caso alemão foi batizado de milagre.

O que é certo é que: a) acabou-se com a emissão da moeda então corrente; b) a nova moeda, o "rentenmark", que se trocava pela antiga na base de alguns bilhões por um; c) que a nova moeda, o rentenmark, só se emitia por necessidade absoluta e parcimoniamente; d) as transações ou encomendas feitas em marcos antigos haviam de ser convertidas em rentenmark; e) e se de um lado, desaparecia o multiplicador, desaparecia paralelamente, de outro, a "correção monetária".

No setor agrícola, encerrada uma safra aparecia o problema da semeadura de novas lavouras para as quais o agricultor solicitava novo crédito. Era o problema do capital de movimento, que também se estende à Indústria e Comércio e talvez o mais difícil de transpor.

É evidente que isso não poderia ser realizado sem o concerto do capital estrangeiro, tanto no comércio interior como no internacional.

E é aí que se apresenta a maior analogia com o caso alemão de 1923-25. A Alemanha se defrontava com uma enorme dívida, chamada "Reparações de Guerra" e nós com uma, também enorme dívida, oriunda de gestões anteriores e escassez de sabedoria dos homens de Governo.

A crise de estabilização do rentenmark fez subir as taxas de juros a níveis nunca antes vistos. Em Dezembro de 1923 a falta de confiança no rentenmark fazia subir essas taxas a 3% e 5% por dia. No nosso caso, a responsabilidade do grave problema das taxas não nos pode ser inteiramente atribuída.

Ninguém se iluda portanto quanto às dificuldades que teríamos de enfrentar se resolvéssemos imitar o exemplo alemão, em suas linhas gerais. A hipótese só seria aliás cogitável, com a plena colaboração de recursos e apoio dos bancos e Governos estrangeiros — e, — acima de tudo de governantes de grande firmeza, competência e bravura.